

Ano V, v.2 2025 | submissão: 24/10/2025 | aceito: 26/11/2025 | publicação: 28/11/2025

Transparência Pública na Universidade do Estado do Amazonas: Análise dos RGAs (2021–2024) sob a Perspectiva da Linguagem Simples e do Relatório Financeiro Popular

Public Transparency at the State University of Amazonas: Analysis of the Annual General Meetings (2021–2024) from the Perspective of Plain Language and the Popular Financial Report

Marcos Paulo Cunha de Oliveira– Graduando em Ciências Contábeis Universidade do Estado do Amazonas E-mail: mpcdo.cic22@uea.edu.br

Arlan Sousa Piauí Júnior– Graduando em Ciências Contábeis Universidade do Estado do Amazonas E-mail: aspj.cic20@uea.edu.br

Nyalle Matos - <https://orcid.org/0000-0002-5006-661X> - Doutora em Contabilidade pela Universidade de Brasília - Professora Adjunta da Universidade Estadual do Amazonas.

RESUMO

Este estudo analisou a transparência pública na Universidade do Estado do Amazonas (UEA) por meio da avaliação dos Relatórios de Gestão Anual (RGAs) referentes ao período de 2021 a 2024. O tema central é a acessibilidade das informações públicas e o potencial de implementação do Relatório Financeiro Popular (RFP) como instrumento de comunicação cidadã. O objetivo foi verificar em que medida os RGAs atendem às diretrizes de clareza, linguagem simples, transparência ativa e comunicabilidade previstas na legislação e na literatura especializada, produzindo subsídios para o desenvolvimento futuro de um RFP institucional. A metodologia adotada foi a análise de conteúdo de Bardin (2011), aplicada a um corpus composto pelos quatro RGAs. Utilizou-se um checklist analítico estruturado em 15 critérios, organizados em dimensões formais e de conteúdo, contemplando sumário executivo, linguagem simples, indicadores, acessibilidade, mecanismos de feedback e coerência temporal. A pesquisa fundamentou-se em autores como Filho e Rech (2024), Martins e Lima (2021), Rodrigues, Silva e Vargas (2021), Cappelli, Oliveira e Nunes (2023), Silva e Vitoriano (2020), Yin (2015) e Gil (2018). Os resultados evidenciaram que, embora os RGAs apresentem consistência técnico-administrativa, a comunicação permanece predominantemente técnica, com ausência de sumário executivo, glossário, versões acessíveis e explicações cidadãs. Apenas 32% dos critérios foram plenamente atendidos, enquanto 42% foram classificados como parciais. As implicações teóricas reforçam a distinção entre transparência formal e transparência efetiva, destacada pela literatura sobre linguagem simples e popular reporting. A pesquisa conclui que a UEA dispõe de base técnica sólida, mas necessita aprimorar sua comunicação pública para aproximar seus relatórios dos princípios do RFP e fortalecer o controle social.

Palavras-chave: Transparência Pública; Linguagem Simples; Relatório Financeiro Popular

ABSTRACT

This study analyzed public transparency at the University of the State of Amazonas (UEA) through an evaluation of its Annual Management Reports (RGAs) from 2021 to 2024. The central theme is the accessibility of public information and the potential implementation of the Popular Financial Reporting (PFR) model as a citizen-oriented communication tool. The objective was to assess the extent to which the RGAs comply with guidelines of clarity, plain language, active transparency, and communicability established in legislation and in the specialized literature, providing evidence-based recommendations for the development of a future PFR for the institution. The methodology adopted was Bardin's (2011) content analysis applied to a corpus of four RGAs. An analytical checklist composed of 15 criteria—organized into formal and content dimensions—was used to examine aspects such as executive summary, plain language, key indicators, accessibility features, feedback mechanisms, and temporal coherence. The theoretical foundation relied on authors such as Filho and Rech (2024), Martins and Lima (2021), Rodrigues, Silva and Vargas (2021), Cappelli, Oliveira and Nunes (2023), Silva and Vitoriano (2020), Yin (2015), and Gil (2018). The results indicate that, although the RGAs demonstrate administrative and technical consistency, their communication remains predominantly technical, lacking elements such as executive summaries, glossaries, accessible versions, and citizen-oriented explanations. Only 32% of the criteria were fully met, while 42% were partially met. Theoretical implications reinforce the distinction between formal

Ano V, v.2 2025 | submissão: 24/10/2025 | aceito: 26/11/2025 | publicação: 28/11/2025

transparency and effective transparency, highlighted in the literature on plain language and popular reporting. The study concludes that UEA has a solid technical basis but must improve its public communication to better align its reports with PFR principles and strengthen social accountability.

Keywords: Public Transparency; Plain Language; Popular Financial Reporting

1. INTRODUÇÃO

O artigo deve ser formatado com a configuração da página com tamanho de papel A4, com as margens iguais a 3,0, 2,0 3,0 e 2,0 cm (como neste texto), em coluna única. Os artigos completos devem ser enviados em dois formatos: .PDF e WORD (.docx). O manuscrito deve ter no mínimo 5 e máximo 25 páginas. Obs. se TCC deve ter no máximo 50 páginas para publicação em revista, conforme especificação do formato, considerando as apresentações, imagens, gráficos, tabelas, notas e referências.

A comunicação das informações públicas em linguagem acessível é essencial para o fortalecimento da democracia, pois aproxima o cidadão da gestão pública. Quando apresentada em termos excessivamente técnicos, a informação pode dificultar o diálogo entre governo e sociedade, o que, por sua vez, fragiliza o controle social e a confiança nas instituições. A simplificação da informação contábil e financeira no setor público é vista como um incentivo para que os cidadãos examinem mais de perto as ações governamentais, conforme defendem estudiosos que discutem o papel da linguagem na transparência das contas públicas (Filho e Rech, 2024). Essa perspectiva também se alinha à crescente exigência social por maior accountability e transparência na administração dos recursos públicos, tema amplamente discutido por pesquisadores contemporâneos (Rodrigues, Silva e Vargas, 2021).

A adoção de uma linguagem simples, entendida como a prática de escrever com clareza para assegurar a compreensão imediata pelo público-alvo, revela benefícios concretos tanto para o cidadão quanto para a administração pública. Comunicar com eficácia é uma tarefa que vai além publicação de dados, permitindo que a sociedade compreenda o significado por trás da aplicação dos recursos e possa, a partir desse entendimento, se engajar e se interessar de forma consciente pelas ações da gestão pública. Essa postura contribui para a chamada transparência efetiva, considerada uma condição essencial para o aprimoramento da democracia participativa, segundo estudos que tratam da relação entre comunicação pública e governança (Silva e Vitoriano, 2020; Martins e Lima, 2021).

Entre os principais instrumentos dessa transparência, o Relatório de Gestão Anual (RGA) destaca-se como documento central na prestação de contas das entidades públicas. Embora sua elaboração seja prevista em normativos federais e exigida por órgãos de controle, reunindo dados financeiros, administrativos e institucionais, sua estrutura frequentemente pode ser considerada para o cidadão média como complexa e pouco didática. Essa característica compromete sua função social, pois a complexidade dos relatórios pode gerar dúvidas sobre sua real eficácia como mecanismo de accountability, especialmente considerando que os usuários possuem diferentes níveis de compreensão. A inadequação da terminologia técnica acaba dificultando a correta interpretação das informações apresentadas (Rodrigues, Silva e Vargas, 2021; Filho e Rech, 2024).

A superação dessas limitações passa necessariamente pela adoção de uma linguagem simplificada,

Ano V, v.2 2025 | submissão: 24/10/2025 | aceito: 26/11/2025 | publicação: 28/11/2025

capaz de melhorar a qualidade, a legibilidade e a compreensão das informações divulgadas. Pesquisas apontam que o uso da linguagem simples assegura uma comunicação mais eficiente, possibilitando que a mensagem seja compreendida por um público mais amplo, em menos tempo e com menor margem para interpretações equivocadas. Ainda que o RGA cumpra sua finalidade legal, a forma técnica com que é tradicionalmente elaborado impede que sua essência informativa seja verdadeiramente acessível ao cidadão (Silva e Vitoriano, 2020; Filho e Rech, 2024).

Com o intuito de superar essa lacuna, surge a proposta do Relatório Financeiro Popular (RFP), também denominado Popular Financial Reporting (PFR), modelo que busca traduzir a linguagem contábil em informações inteligíveis para o público não especializado. Esse instrumento consolida dados essenciais de modo acessível, conciso e ilustrativo, com base em formatos reconhecidos internacionalmente. Sua efetividade depende da clareza da estrutura, da periodicidade de publicação e da adequação visual e textual, características fundamentais para a compreensão das informações contábeis públicas. Além disso, o RFP representa um avanço sobre os relatórios tradicionais por incorporar mecanismos de diálogo e participação social, transformando o dado técnico em uma ferramenta de comunicação pública (Filho e Rech, 2024; Rodrigues, Silva e Vargas, 2021; Martins e Lima, 2021).

A relevância do Relatório Financeiro Popular vai além dos aspectos formais de apresentação, configurando-se como um instrumento legítimo de exercício da cidadania. A divulgação de relatórios compreensíveis constitui etapa inicial para o envolvimento dos cidadãos nas ações do setor público e para o fortalecimento da confiança nas instituições. A adoção da linguagem simples, nesse contexto, contribui para ampliar o engajamento social e o senso de pertencimento, consolidando o RFP como uma ferramenta de função social orientada ao fortalecimento da democracia participativa (Silva e Vitoriano, 2020; Filho e Rech, 2024; Rodrigues, Silva e Vargas, 2021).

No contexto das universidades públicas, a transparência assume uma dimensão estratégica ainda mais relevante. Essas instituições, responsáveis por transformar recursos públicos em benefícios sociais por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, têm o dever reforçado de prestar contas à sociedade. A prestação de contas sobre o uso adequado dos recursos é inerente à missão pública e constitui um compromisso de responsabilidade, controle e obrigação dos gestores (Filho e Rech, 2024; Rodrigues, Silva e Vargas, 2021). Nesse cenário, a implementação do RFP nas universidades públicas pode ampliar significativamente a confiança e o engajamento social com os resultados institucionais (Martins e Lima, 2021).

Diante desse panorama, a aplicação do Relatório Financeiro Popular à Universidade do Estado do Amazonas (UEA) representa não apenas uma modernização de práticas, mas uma afirmação de compromisso com a transparência e a inovação. Este estudo, portanto, propõe-se a analisar as principais fragilidades dos relatórios de gestão da UEA e investigar de que forma o RFP pode contribuir para sua superação. O objetivo é avaliar os quatro últimos Relatórios de Gestão Anual da instituição à luz da legislação e da literatura especializada, considerando que a simplificação dos relatórios é reconhecida como um meio eficaz de promover a compreensibilidade das informações contábeis públicas e, consequentemente, fortalecer a transparência e a democracia participativa (Filho e Rech, 2024; Martins e Lima, 2021).

2 MARCO TEÓRICO

2.1 Transparência e prestação de contas no setor público: a importância da linguagem simplificada

A transparência e a prestação de contas são princípios fundamentais da administração pública brasileira garantidas na Lei de Transparência Fiscal (101/2000), Lei da Transparência (131/2009) e Lei de Acesso a informação (12507/2011), da Constituição Federal de 1988, que buscam garantir o acesso da sociedade às informações sobre a gestão dos recursos públicos e aprimorar a democracia (Capelli, Oliveira & Nunes ,2024). No entanto, a linguagem excessivamente técnica dos relatórios contábeis tem se mostrado uma barreira à efetiva compreensão das informações divulgadas.

A transparência acessível, por meio de dados simples e claros, se apresenta como vertente ética e democrática no setor público, especialmente quando se trata de prestação de contas à sociedade. A excessiva tecnicidade da linguagem contábil, acaba por excluir o cidadão – destinatário final e financiador dos serviços públicos – do essencial processo de fiscalização. Conforme alertam Filho e Rech (2024), a compreensibilidade das informações é frequentemente comprometida pela terminologia especializada, que pode diminuir a utilidade social dos dados. Esse cenário pode ser agravado pela limitada capacidade de interpretação e compreensão do cidadão, que em geral precisa dedicar tempo e esforço para compreender os relatórios complexos, cabendo ao poder público, como assinalam Rodrigues, Silva e Vargas (2021), a tarefa de preparar demonstrações financeiras que sejam simultaneamente compreensíveis e abrangentes. Nesse sentido, simplificar a comunicação não significa empobrecer o conteúdo, mas, como bem destacam Martins e Lima (2021), superar as barreiras que impedem a compreensão da maioria dos cidadãos, transformando dados técnicos em informação de interesse coletivo.

A linguagem simples (Plain Language) no âmbito do setor público é algo que necessita ser implementado na legislação brasileira, pois a mesma visa o desembaraço das informações fornecidas pelos entes governamentais, estabelece uma padronização documental e expõe os dados de uma forma mais compreensiva (Capelli,Oliveira & Nunes,2023). Compreensão essa, juntamente de outras características como a relevância (Filho & Rech,2024) que proporcionam a maior confiabilidade, transparência e assimilação dos conteúdos. Dessa maneira fazendo com que a população seja mais introduzida na administração pública, em que os reflexos positivos e ou negativos os afetam diretamente.

Corroborando o que foi anteriormente citado, foi elaborada uma pesquisa onde os cidadãos, teriam que designar qual das propostas de RFP mostradas os agradariam mais, além do que foi estabelecido um questionário para avaliação dos critérios de compreensão dos mesmos relatórios (Filho & Rech ,2024). Evidências como esta mostram que não se trata apenas de apresentar um relatório com aparência agradável, no qual aquela informação está completamente enviesada. Mas

Ano V, v.2 2025 | submissão: 24/10/2025 | aceito: 26/11/2025 | publicação: 28/11/2025

sim de tornar as informações mais confiáveis, consequentemente os governados se sentiram melhor representados, aliado a isso vem a linguagem simples, que incentiva o cidadão a estar ciente e cada vez mais inserido no que acontece com o poder público.

A partir dessa tendência, a compreensibilidade da linguagem em diversas unidades federativas do Brasil começou a introduzir medidas relacionadas à linguagem simples (Martins & Lima, 2021), porém não houve um sucesso notável a nível nacional. No estado da Bahia, com o intuito de fazer com que os usuários da informação assemelham melhor o conteúdo de seus documentos. O governo baiano iniciou, em 2015, o Relatório Anual Simplificado (RAS), com intuito de compilar as contas do estado com um layout mais chamativo e simples didaticamente. O RAS mesmo com essas características todas, ainda sim apresentava uma certa resistência ao interesse do povo, pois o mesmo apresentava 42 páginas, outro exemplo é o Relatório de Gestão Integrada de 2019, que mesmo com uma condensação de informações, o documento final ainda ficou com um linguajar mais técnico e longo, com um em torno de 152 páginas (Capelli, Oliveira & Nunes, 2023)

A compreensão clara sobre a origem e aplicação dos recursos tem potencial para gerar um ciclo positivo de engajamento social, confiança institucional e fortalecimento da accountability. Nesse processo, o Relatório Financeiro Popular (RFP) se configura como um passo inicial fundamental para o envolvimento cidadão nas ações governamentais (Filho; Rech, 2024). Martins e Lima (2021) corroboram essa visão, afirmando que tal instrumento é capaz de alcançar a transparência efetiva e aprimorar a democracia participativa. Ao incorporar mecanismos que promovem o diálogo, espera-se, portanto, um aumento concreto na efetividade das políticas públicas e na participação social (Rodrigues; Silva; Vargas, 2021). O resultado é uma relação mais sólida e produtiva entre Estado e sociedade.

2.2 Relatório Financeiro Popular como instrumento de transparência e controle social

A população e o controle social é o cerne de todo processo de simplificação da linguagem utilizada pelo setor público e suas instituições. Entende-se que os cidadãos podem se beneficiar com a adoção de relatórios simples e claros, como o Relatório Financeiro Popular (RFP), pois esses documentos agem sobre a finalidade de fornecer ao público uma compreensão, em que antes não era possível, tão facilmente, com os registros (Lima, Silva & Varão, 2022).

O Relatório Financeiro Popular (RFP) é essencial para a governança democrática, pois transforma a complexidade das contas públicas em uma transparência funcional, fortalecendo diretamente o controle social. Ao apresentar de forma clara dados sobre receitas, despesas e investimentos, o RFP realmente informa o cidadão com o conhecimento necessário para entender a distribuição do orçamento — questionando, por exemplo, variações de gastos ou prioridades de

Ano V, v.2 2025 | submissão: 24/10/2025 | aceito: 26/11/2025 | publicação: 28/11/2025

investimento. Dessa maneira, a sociedade tende a exercer melhor seu papel fiscalizador com o embasamento e a segurança indispensáveis para o acompanhamento efetivo das ações governamentais (Rodrigues, Silva & Vargas, 2021).

Um estudo com grandes cidades e condados dos EUA constatou que 75% dos governos locais pesquisados emitem alguma forma de RFP, sendo os Relatórios Anuais Financeiros Populares (PAFRs) os mais comuns, presentes em 61,5% das localidades (Yusuf, Jordan, Neil & Hackbart, 2013). As principais razões para sua adoção foram informar os cidadãos sobre as finanças governamentais (87,1% dos respondentes), melhorar a transparência (79,4%) e aumentar a prestação de contas (51,3%), demonstrando o alinhamento do instrumento com as demandas por accountability (Yusuf, Jordan, Neil & Hackbart, 2013).

Na literatura internacional, ele se apoia em diretrizes como o Citizen-Centric Reporting (CCR) da AGA (EUA) e experiências europeias, focadas em narrativa simples, visualizações compreensíveis e utilidade pública; a proposta de estrutura brasileira dialoga com esses referenciais ao enfatizar concisão, visualização e compreensão pelo leigo (Capelli, Oliveira & Nunes).

Apesar do avanço internacional, uma revisão sistemática da literatura publicada entre 2006 e 2024 identificou que a pesquisa sobre Relatórios Populares (PR) no setor público ainda está em estágio inicial, com apenas 19 artigos científicos dedicados ao tema, concentrados principalmente nos governos locais dos EUA e da Itália (Joaquim, Jorge & Pimentel, 2025).

Com base na análise de critérios de sete premiações e certificados internacionais, Martins & Lima (2021) propuseram um modelo conceitual para RFPs na administração pública brasileira, sintetizado em nove características fundamentais: 1) Informações Básicas; 2) Conteúdo Facilmente Compreensível; 3) Foco no Cidadão; 4) Conteúdo Relevante; 5) Informação Auditada; 6) Canais de *Feedback*; 7) Distribuição Efetiva do Relatório; 8) Apelo Visual; e 9) Conformidade com os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos. Esse modelo serve como uma diretriz prática para a elaboração de relatórios que realmente atendam ao público desconhecedor

No Brasil, estudos recentes detalham diretrizes práticas para elaboração do RFP (objetivos, público, conteúdo essencial, gráficos, linguagem, desenho do documento) e explicitam quatro iniciativas que pavimentam o caminho para sua adoção: (i) a pauta do Governo Aberto/OGP; (ii) a Carta de Serviços; (iii) o Índice de Transparência em níveis subnacionais; e (iv) a Demonstração do Resultado Econômico (DRE) do Cidadão/ “contabilidade para o cidadão” (Filho & Rech, 2024).

A pesquisa de Yusuf, Jordan, Neil & Hackbart, (2013) corrobora essa visão, destacando que os RFPs surgem como resposta à preocupação de que os relatórios financeiros tradicionais, embora precisos, falham em proporcionar ao público uma compreensão geral do uso dos recursos públicos, alimentando a desconfiança.

A relevância prática do RFP também foi estudada em conselhos municipais de políticas

Ano V, v.2 2025 | submissão: 24/10/2025 | aceito: 26/11/2025 | publicação: 28/11/2025

públicas, especialmente na Saúde, em que foi testada como uma alternativa mais eficaz ao técnico e extenso Relatório Anual de Gestão (RAG), cuja complexidade prejudica a leitura e a resolução do cidadão. Por meio de experimentos que utilizam design thinking, resumos executivos e recursos visuais acessíveis, foi demonstrado que o RFP eleva significativamente a compreensão da informação contábil e a participação de conselheiros e usuários, provando ser um instrumento vital para o controle social efetivo (Lima, Silva & Varão, 2022)

O Relatório Anual de Gestão (RAG), embora cumpra exigências legais e técnicas, não é estruturado para o público não especializado. Essa lacuna resulta em uma assimetria informacional entre o poder público e o cidadão, limitando a capacidade de controle social efetivo. O RFP não visa substituir o RAG ou sua auditabilidade, mas atua como uma "tradução pública" estratégica. Sua concepção é orientada a responder a questões simples e importantes para o cidadão: "O que foi prometido?"; "Qual o custo?"; "O que foi entregue?"; "Para quem?"; "Com que resultado?"; utilizando linguagem simplificada e recursos visuais. Essa mudança de foco é respaldada por evidências internacionais que demonstram que a simplificação da linguagem governamental eleva a confiança, incentiva a participação cívica, potencializa o uso da informação e mitiga barreiras de acesso e mal-entendidos (Cappelli, Oliveira & Nunes, 2023).

Do ponto de vista crítico, é fundamental que o RFP mantenha a correspondência metodológica com as peças contábeis oficiais (RAG, LOA, LDO) para evitar que se torne um mero material sem informações relevantes e com excesso de simplificação, o que pode comprometer a auditabilidade e o atendimento de outros princípios da administração pública. Para mitigar esses vieses, a literatura sobre linguagem simples preconiza a adoção de padrões claros, a validação contínua por parte dos usuários e o estabelecimento de requisitos legais que protejam contra a simplificação tendenciosa (Giacomin, Silveira, Costa, Baldam, Junior, 2024)

Ao adotar uma metodologia que minimiza o jargão técnico, condensa textos, visualiza indicadores essenciais e, essencialmente, narra a trajetória dos recursos públicos de maneira clara, o RFP transcende o mero cumprimento legal. Ele habilita ativamente cidadãos e conselhos para que formulem perguntas pertinentes, mitiga a assimetria informacional entre experts e o público, e facilita a inspeção social e o acompanhamento de metas, culminando no aumento da confiança institucional (Giacomin, Silveira, Costa, Baldam, Junior, 2024).

Essa abordagem se sustenta em evidências sólidas da administração pública, que confirmam o papel da linguagem simples não só na melhoria da acessibilidade e da transparência externa, mas também na otimização da eficiência interna da gestão (como redução de retrabalho). Em um plano estratégico, o RFP é fundamental para diminuir a lacuna entre a transparência de dados e a transparência de entendimento. A literatura apresenta como consenso a ideia que disponibilizar dados brutos não basta, é preciso garantir que o acesso, a apresentação e a compreensão da informação

Ano V, v.2 2025 | submissão: 24/10/2025 | aceito: 26/11/2025 | publicação: 28/11/2025

sejam assegurados, dimensões nas quais o RFP se estabelece como um instrumento operacional direto e de alto valor agregado (Capelli, Oliveira & Nunes, 2023).

O estudo de Martins & Lima (2021) também alerta para os desafios brasileiros. Ao analisar experiências como o Relatório Anual Simplificado da Bahia (42 páginas) e o Relatório de Gestão Integrada do Ministério da Economia (152 páginas), as autoras constataam que, apesar de uma evolução no visual e na divulgação, os relatórios nacionais ainda são longos em comparação com os internacionais (sendo comum nos EUA relatórios com até 7 páginas) e a linguagem técnica dos relatórios oficiais ainda prevalece, dificultando a compreensão dos cidadãos sem formação financeira ou contábil.

O ordenamento jurídico brasileiro deu o primeiro passo para adoção da linguagem simples e a transparência ativa no setor público, definindo, começando a utilizar um piso normativo. Esse arcabouço regulatório é composto por algumas leis federais: a LC 131/2009 exige transparência em tempo real; a Lei 12.527/2011 (LAI) garante o acesso à informação em linguagem de fácil compreensão; a Lei 13.460/2017 protege os direitos do usuário ao exigir linguagem simples; e a Lei 14.129/2021 (Governo Digital) reforça essa diretriz. Complementando a legislação, há uma crescente mobilização nos estados e municípios (como em São Paulo, Bahia, Ceará e Paraná), além de guias federais como o do Gov.br e o da ABEP-TIC, que fornecem instrumentos práticos para orientar a clareza na comunicação, inclusive em documentos técnicos como o RFP (Cappelli, Oliveira & Nunes, 2023).

Essa base legal e prática é sustentada por uma abordagem metodológica que visa garantir a eficácia da comunicação. A literatura nacional (Cappelli, Oliveira & Nunes, 2023) propõe guidelines que abrangem o planejamento, o conteúdo mínimo e a visualização do RFP, priorizando a co-criação com usuários e a validação de entendimento para que os documentos sejam de fato compreensíveis. Embora haja discussão sobre o potencial da automação parcial, utilizando índices de legibilidade e ferramentas de apoio para escalar a verificação de clareza, é crucial reconhecer os limites e os riscos de vieses inerentes a essas tecnologias, mantendo o foco humano na avaliação da efetividade comunicativa (Filho & Rech, 2024).

3. MATERIAL E MÉTODO

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), para examinar sistematicamente os Relatórios de Gestão Anual (RGAs) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) referentes ao quadriênio 2021-2024. O estudo justifica-se pela necessidade de avaliar criticamente a efetividade comunicacional desses documentos, considerando seu duplo propósito: atender às exigências legais de prestação de contas e promover

Ano V, v.2 2025 | submissão: 24/10/2025 | aceito: 26/11/2025 | publicação: 28/11/2025

uma transparência genuinamente acessível ao cidadão comum. A opção pela análise documental sustenta-se na relevância dos RGAs como principais instrumentos de divulgação das ações institucionais, constituindo-se em fontes primárias indispensáveis para verificar a conformidade entre a teoria da transparência pública e suas práticas efetivas de implementação.

O procedimento analítico desenvolve-se em três etapas principais, seguindo a sequência lógica estabelecida por Bardin (2011) para garantia de rigor metodológico. Inicialmente, na fase de Pré-Análise, procede à coleta e organização do corpus documental, compreendendo os quatro últimos RGAs disponíveis publicamente. Esta etapa inclui leitura flutuante para reconhecimento da estrutura geral, identificação de padrões recorrentes e formulação de impressões iniciais sobre a clareza e organização dos relatórios. A delimitação temporal de quatro anos permite observar possíveis evoluções ou retrocessos nas práticas de transparência adotadas pela instituição, oferecendo uma perspectiva dinâmica essencial para a compreensão do fenômeno estudado.

O corpus desta pesquisa é constituído por documentos oficiais de prestação de contas da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), especificamente os Relatórios de Gestão Anual (RGA) referentes aos exercícios de, 2021, 2022, 2023 e 2024, disponíveis para acesso público no site institucional. Esses relatórios foram selecionados por representarem o principal instrumento formal de divulgação das informações contábeis, financeiras e orçamentárias da instituição à sociedade, sendo, portanto, adequados para avaliar em que medida a comunicação adotada se aproxima da proposta de um relatório financeiro em linguagem acessível ao cidadão.

A definição desse corpus considerou como critérios de inclusão: (a) tratar-se de relatórios oficiais aprovados e publicados pela UEA; (b) estarem integralmente disponíveis em formato digital (PDF) no portal institucional; (c) referirem-se a exercícios completos de gestão; e (d) apresentarem, em seu conteúdo, informações contábeis, orçamentárias e de desempenho que permitam a aplicação do checklist analítico elaborado na pesquisa. Foram exclusas documentos preliminares, versões parciais, apresentações em slides, notas técnicas avulsas e quaisquer arquivos que não configurassem relatórios formais de gestão ou que não possuissem identificação clara do exercício a que se referiam.

Ao final do processo de seleção, o corpus da pesquisa resultou em 4 Relatórios de Gestão Anual, totalizando aproximadamente 811 páginas de texto analisável. Esses documentos servirão de base para a aplicação do checklist analítico e para a verificação da presença, ausência ou tratamento parcial dos itens de transparência, clareza, acessibilidade da linguagem e evidência das informações contábeis e financeiras voltadas ao público não especializado.

A etapa subsequente, de Exploração do Material, ocorrerá mediante a aplicação de um sistema duplo de categorização, representado nas Tabelas 1 e 2. Este modelo integrado possibilita a avaliação simultânea da conformidade legal e da qualidade comunicacional dos relatórios, respondendo à convocação de Martins e Lima (2021) por instrumentos analíticos abrangentes que superem visões

Ano V, v.2 2025 | submissão: 24/10/2025 | aceito: 26/11/2025 | publicação: 28/11/2025

fragmentadas da transparência pública. A Tabela 1 estabelece os parâmetros legais fundamentais, enquanto a Tabela 2 detalha os critérios específicos de avaliação, criando uma matriz analítica completa que orientará a investigação de forma sistemática e replicável.

Tabela 1: Critérios de Análise Baseados na Legislação de Referência

Dimensão Analítica	Base Legal e Normativa	Itens de Verificação Específicos
Conteúdo Essencial e Obrigatório	Lei nº 12.527/2011 (LAI); Instrução Normativa TCU nº 84/2020; Lei Complementar nº 101/2000, art. 48	Divulgação explícita de objetivos institucionais e metas; Informações financeiras consolidadas e discriminadas; Indicadores de desempenho quantitativos e qualitativos; Estrutura organizacional e composição da despesa com pessoal
Acessibilidade e Clareza na Divulgação	Manual de Relatórios de Gestão do TCU (2024); Resolução TCE-AM nº 01/2019; Decreto nº 8.777/2016 (Política de Linguagem Simples)	Existência de sumário executivo em linguagem não técnica; Uso estratégico de recursos visuais e infográficos; Mecanismos de participação social e canais de feedback; Disponibilização de versões resumidas ou alternativas

Fonte: Elaboração Própria com base nos documentos citados

O quadro legal apresentado na Tabela 1 fundamenta-se no entendimento, consolidado pelo TCU (2024), de que a transparência deve ser avaliada tanto pela completude informacional quanto pela efetividade comunicativa. Como assevera o Manual de Relatórios de Gestão do TCU (2024), "a apresentação das informações deve privilegiar a compreensão pelo cidadão comum, evitando o uso de linguagem excessivamente técnica ou ambígua", orientação que informa diretamente a construção dos critérios de acessibilidade.

Tabela 02 - CodeBook e justificativa dos itens de análise.

Código	Descrição do Item	Critério de Classificação	Exemplo Prático	Fonte (Legal e Teórica)
C1	Sumário executivo que sintetiza objetivos, resultados e indicadores principais.	Presente: contém resumo com resultados e indicadores; Parcial: apenas texto introdutório; Ausente: inexistente.	Sumário com indicadores e metas 2023.	TCU (2024); Martins & Lima (2021).
C2	Estrutura organizada e hierarquizada do relatório.	Presente: estrutura lógica com seções; Parcial: falta padronização; Ausente: sem divisão clara.	Divisões: Introdução, Resultados, Finanças, Conclusão.	TCU (2024); Filho & Rech (2024).
C3	Uso de linguagem simples.	Presente: frases curtas e vocabulário claro; Parcial: uso misto; Ausente: linguagem técnica e complexa.	Uso de “despesas” em vez de “execução orçamentária”.	Lei nº 14.129/2021, art. 6º; Silva & Vitoriano (2020).
C4	Explicação de jargões	Presente: glossário ou nota	Glossário com termos	Filho & Rech

Ano V, v.2 2025 | submissão: 24/10/2025 | aceito: 26/11/2025 | publicação: 28/11/2025

	técnicos.	explicativa; Parcial: explicação parcial; Ausente: ausência de explicação.	“superávit”, “dotação”, “empenho”.	(2024); Cappelli, Oliveira & Nunes (2023).
C5	Uso de elementos visuais claros (gráficos, infográficos).	Presente: elementos com legenda e fonte; Parcial: visual sem legenda; Ausente: sem gráficos.	Gráfico com legendas explicativas sobre despesas.	TCU (2024); Fuzati (2025).
C6	Divulgação de indicadores-chave de desempenho.	Presente: indicadores de ensino, pesquisa, extensão; Parcial: apenas alguns; Ausente: nenhum.	Quadro de indicadores de cursos e evasão.	IN TCU nº 84/2020, art. 7º; Lima, Silva & Varão (2022).
C7	Apresentação de indicadores financeiros e orçamentários compreensíveis.	Presente: dados com linguagem acessível; Parcial: números sem explicação; Ausente: sem apresentação.	Tabela de despesas e receitas com legenda.	LRF, art. 48; TCU (2024).
C8	Rastreabilidade e verificação das informações (links, QR codes).	Presente: links funcionais; Parcial: links quebrados; Ausente: sem links.	QR Code para portal de transparência.	TCU (2024); Filho & Rech (2024).
C9	Transparência sobre auditorias e controles.	Presente: menção a auditorias; Parcial: apenas referências gerais; Ausente: não há menção.	Citação a auditoria da CGE-AM.	TCE-AM (2024, p. 10); LRF, art. 48-A.
C10	Mecanismos de participação e feedback do cidadão.	Presente: canais ativos; Parcial: e-mails sem retorno; Ausente: nenhum canal.	Formulário de ouvidoria disponível no site.	LAI, art. 5º; Joaquim, Jorge & Pimentel (2025).
C11	Versão acessível ou resumo simplificado.	Presente: versão alternativa; Parcial: resumo parcial; Ausente: formato único e extenso.	PDF acessível e versão resumida de 5 páginas.	TCE-AM, Res. 01/2019, art. 8º; Fuzati (2025).
C12	Clareza na comunicação de resultados e metas.	Presente: objetivos e metas claras; Parcial: metas vagas; Ausente: ausência de metas.	Tabela com metas de desempenho atingidas.	Martins & Lima (2021); Filho & Rech (2024).
C13	Padrão visual coerente e identidade gráfica institucional.	Presente: layout institucional; Parcial: inconsistência visual; Ausente: visual genérico.	Uso do logotipo da UEA e cores oficiais.	TCU (2024); Lima et al. (2025).
C14	Referência ao PDI/UEA e alinhamento institucional.	Presente: metas e planos alinhados; Parcial: menção isolada; Ausente: não há referência.	Menção ao PDI 2020–2025 na seção de resultados.	TCU (2024, p. 18); Fuzati (2025, p. 12).
C15	Coerência temporal e comparações históricas.	Presente: comparações com anos anteriores; Parcial: apenas um	Tabela comparando dados 2021–2023.	Martins & Lima (2021); Lima et

Ano V, v.2 2025 | submissão: 24/10/2025 | aceito: 26/11/2025 | publicação: 28/11/2025

		período; Ausente: sem comparações.		al. (2025).
--	--	---------------------------------------	--	-------------

Fonte: Elaborado pelo autor com base na literatura e legislação.

A Tabela 2 operacionaliza os conceitos teóricos e legais em critérios analíticos específicos, permitindo a avaliação precisa de cada dimensão da transparência. Cada item será classificado como "Presente" quando atendido integralmente, "Parcial" quando implementado de forma incompleta ou insuficiente, e "Ausente" quando não identificado no documento. Esta sistemática de classificação, inspirada na metodologia de Fuzati (2025), permite não apenas o diagnóstico qualitativo, mas também a quantificação simples dos níveis de aderência, estabelecendo bases empíricas para inferências robustas.

A dimensão quantitativa incorpora-se através da contagem de frequência dos itens classificados em cada categoria, possibilitando a identificação de padrões evolutivos ao longo do quadriênio estudado. Conforme advoga Fuzati (2025), "a contagem simples de ocorrências documentais é recurso válido para estabelecer evidências e construir inferências em estudos de comunicação pública". Esta abordagem mista, quali quantitativa, responde à natureza complexa do objeto de estudo, requerendo tanto a compreensão contextual quanto a mensuração objetiva.

A análise da linguagem adotará como referencial os princípios da Linguagem Simples (Plain Language), compreendida como aquela que "escreve de forma clara, concisa, bem organizada e apropriada ao público-alvo" (Silva; vitoriano, 2020). Os jargões técnicos serão identificados e categorizados conforme sua explicitação contextual, calculando-se o índice de explicitação terminológica através da proporção entre termos adequadamente explicados e o total de termos técnicos identificados. Esta métrica, validada por Lima, Silva e Varão (2022), oferece indicador tangível do compromisso com a compreensibilidade.

A fase final de Interpretação e Validação utilizará a triangulação metodológica para assegurar a confiabilidade dos achados. Cruzar-se-ão os resultados da análise documental com as diretrizes dos tribunais de contas e com a literatura especializada, conforme recomendado por Gil (2018) e Yin (2015). Esta estratégia permitirá contextualizar os achados específicos da UEA no panorama mais amplo das boas práticas de transparência no setor público brasileiro, conferindo validade externa aos resultados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A leitura conjunta dos Relatórios de Gestão da UEA entre 2021 e 2024 evidencia uma uniformidade estrutural e comunicacional que permeia os documentos, mesmo que cada ano traga particularidades quanto à forma, à quantidade e à apresentação dos dados. O conjunto demonstra que

Ano V, v.2 2025 | submissão: 24/10/2025 | aceito: 26/11/2025 | publicação: 28/11/2025

a universidade possui uma forte capacidade técnico-administrativa para prestar contas, mas não avança na criação de uma comunicação pública que seja acessível, compreensível e voltada para o cidadão comum, o destinatário final de qualquer ferramenta de transparência democrática.

No que diz respeito à composição, os relatórios raramente fogem da mesma estrutura de apresentação de dados: todos se dividem em longos capítulos, densos e repletos de tabelas e gráficos de caráter técnico-institucional. Quando se comparam os quatro anos, observa-se que o relatório de 2021 é o mais textual, repleto de tabelas principalmente sobre ensino e pesquisa e quase sem nenhum elemento que contextualize o leitor externo.

Em paralelo, 2022 segue essa mesma linha, com mais tabelas e mais descrições de ações, mas sem um esforço de síntese. Já o ano de 2023 apresenta um design mais colorido e equilibrado, com uma atenção maior ao aspecto visual e mais imagens que representam a instituição, apesar disso, o material continua igualmente razoável. Entretanto, o ano de 2024 reduz o excesso de elementos visuais, traz uma visualização mais clara e capítulos mais bem organizados, mas continua sem introdução cidadã, glossário, notas explicativas ou outros recursos de contextualização.

Nesse sentido, é possível compreender que, mesmo com as alterações no design, o conteúdo continua utilizando muitos termos técnicos, reforçando o que Filho e Rech (2024) descrevem como uma modernização estética da transparência, em que os documentos são mais atraentes, mas que não se tornam mais acessíveis.

Outro ponto que permeia os quatro relatórios é a linguagem essencialmente administrativa, repleta de jargões institucionais, tais como “unidades acadêmicas demandantes”, “execução orçamentária empenhada”, “índice de qualificação docente”, “vias de ingresso SIS e vestibular”. Portanto, esse uso limitado de vocabulário restringe a compreensão apenas de certos grupos, o que contradiz o princípio da comunicação pública sugerido por Silva e Vitoriano (2020) que valoriza a clareza, a mediação e a orientação para o receptor.

Em relação ao número de tabelas e gráficos, nota-se um crescimento gradual, mas sem melhorias didáticas, pois nota-se que, nos anos de 2021 e 2022, as tabelas são longas e cheias de dados, enquanto em 2023 há mais gráficos e, em 2024, tenta-se equilibrar as duas formas. No entanto, nenhum ano fornece interpretações narrativas que esclareçam ao leitor o que os dados significam na prática, uma falta que reforça a lógica de prestação de contas verticalizada apontada por O'Donnell (1998): presta-se contas ao Estado, e não ao cidadão.

Em se tratando de acessibilidade cognitiva, o cenário se mostra ainda mais monótono: nenhum dos relatórios incluem sumário executivo, glossário, explicação de termos técnicos, quadros interpretativos, tradução de indicadores, seção “principais resultados do ano” ou perguntas frequentes. Esses omissos não são acidentais, repetem-se nos quatro anos da mesma forma e sinalizam que a UEA vê o relatório como documento institucional de arquivamento, e não como instrumento

Ano V, v.2 2025 | submissão: 24/10/2025 | aceito: 26/11/2025 | publicação: 28/11/2025
público de transparência.

Mesmo assim, alguns pequenos movimentos aparecem de forma discreta na série. Em 2023, o padrão visual ajuda na navegação, enquanto em 2024, a estrutura interna dos capítulos fica mais evidente. Contudo, essas modificações não impactam a experiência do leitor comum, já que não se convertem em estratégias de mediação informacional. Mesmo com a inclusão de mais gráficos em 2023, o relatório não se tornou mais claro, pois não há uma legenda explicativa ampliada, contextualização histórica ou análise comparativa dos dados.

A ausência frequente de contextualização mostra que os RGAs seguem uma lógica de "mostrar sem explicar ": apresentam números, mas não oferecem ajuda para compreender o que significa. O cidadão pode observar que foram oferecidas 8 mil bolsas, que existem 69 cursos e que o orçamento é de 773 milhões, mas não encontra respostas para perguntas fundamentais como: esses números aumentaram? Qual foi o impacto deles? Está adequada a execução orçamentária? Houve progressos em relação à inclusão? Isso torna a função pública do documento irrelevante.

Institucionalmente, a série histórica valida uma cultura organizacional voltada para o registro formal e não para o diálogo social. Os dados são disponibilizados sem tradução; o relatório é publicado sem ser comunicado. É um modelo que atende à necessidade administrativa, mas não parece se esforçar para atender ao princípio democrático da transparência substantiva.

Assim, vistos em conjunto, os RGAs evidenciam uma universidade tecnicamente sólida, capaz de gestão e consistente em documentação, mas que ainda precisa evoluir na esfera comunicacional, que transforma informação em entendimento e, entendimento, em controle social. 2021 a 2024 não indicam escassez de dados, mas sim a falta de mediação, exatamente o que distingue a prestação de contas burocrática da verdadeira transparência pública.

Nesse sentido, as afirmações qualitativas mostram a necessidade de criar ações que visem: um glossário e notas de rodapé, um resumo executivo visual, uma linguagem mais próxima da população, uso de QR Codes para acesso a dados completos, versão acessível e realização de escuta pública. Essas iniciativas, aprovadas com as orientações de Silva e Vitoriano (2020) e com as diretrizes legais sobre transparência ativa, tornariam os relatórios mais próximos dos princípios dos Relatórios Financeiros Populares, além de fortalecer a capacidade da UEA de apresentar uma prestação de contas clara, democrática e respondente.

4.1 Análise quantitativa e qualitativa

O modelo usado para avaliação exata do que está no documento de Resultados Consolidados, dando pontos às classificações qualitativas: Presente = 2 pontos, Parcial = 1 ponto, Ausente = 0 pontos. Em seguida, é calculada a frequência percentual dos itens totalmente atendidos por ano, o que

Ano V, v.2 2025 | submissão: 24/10/2025 | aceito: 26/11/2025 | publicação: 28/11/2025

possibilita comparações diretas entre os anos analisados. Além disso, a análise foi dividida em categorias características formais (C1-C5), características de conteúdo (C6-C15) e total geral (C1-C15) seguindo as diretrizes metodológicas do apêndice de referência.

A organização dos dados na tabela 1 a seguir torna possível reconhecer, de forma objetiva, tendências estruturais, nas quais os dados consolidados mostram tanto o desempenho de cada critério quanto a intensidade relativa de cada categoria ao longo do tempo.

Tabela 1 – Frequência dos Itens Avaliados nos RGAs da UEA (2021–2024)

ódigo	Descrição	2021	2022	2023	2024	Frequência “Presente” (%)
C1	Sumário executivo e síntese do conteúdo	Ausente	Ausente	Ausente	Parcial	0%
C2	Estrutura organizada	Presente	Presente	Presente	Presente	100%
C3	Linguagem simples	Parcial	Parcial	Parcial	Parcial	0%
C4	Explicação de jargões técnicos	Parcial	Ausente	Ausente	Ausente	0%
C5	Elementos visuais claros	Parcial	Parcial	Parcial	Parcial	0%
C6	Indicadores-chave de desempenho	Presente	Presente	Presente	Presente	100%
C7	Indicadores financeiros compreensíveis	Presente	Parcial	Parcial	Parcial	25%
C8	Rastreabilidade das informações	Parcial	Ausente	Ausente	Presente	25%
C9	Transparência sobre auditorias	Parcial	Parcial	Parcial	Ausente	0%
C10	Mecanismos de feedback	Parcial	Ausente	Ausente	Ausente	0%
C11	Versão acessível ou resumo	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente	0%
C12	Clareza na comunicação de metas	Presente	Parcial	Parcial	Parcial	25%
C13	Identidade visual institucional	Presente	Presente	Presente	Presente	100%
C14	Referência ao PDI/UEA	Presente	Presente	Presente	Parcial	75%
C15	Coerência temporal e comparações	Presente	Parcial	Parcial	Parcial	25%

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Diante dos resultados apresentados, é possível notar que, nos quatro exercícios em questão, a UEA se destaca mais nos critérios que envolvem o conteúdo institucional do que naqueles que se referem à forma e à linguagem cidadã. Apesar de haver critérios que, em todos os anos, se destacam por sua completa adesão, como a organização da estrutura (C2), os indicadores-chave de desempenho (C6) e a identidade visual institucional (C13), a grande maioria ainda se encontra na zona de atendimento parcial. A evidência do “Parcial” mostra que a instituição até apresenta informações relevantes, mas ainda não as organiza ou comunica de modo plenamente acessível ao cidadão comum.

Tabela 2 – Síntese Geral da Avaliação

Ano V, v.2 2025 | submissão: 24/10/2025 | aceito: 26/11/2025 | publicação: 28/11/2025

Categoria	Itens avaliados	Presente (%)	Parcial (%)	Ausente (%)	Tendência geral (2021–2024)
Características formais	C1–C5	20%	50%	30%	Predomínio de critérios parcialmente atendidos, com baixa presença plena e ainda 30% de ausência em itens básicos.
Características de conteúdo	C6–C15	38%	38%	25%	Conteúdo apresenta desempenho um pouco melhor que a forma, mas menos de 40% dos itens estão plenamente atendidos.
Total geral	C1–C15	32%	42%	27%	Predomina o atendimento parcial; apenas cerca de um terço das exigências está plenamente presente ao longo dos quatro anos.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

No que se refere às características formais (C1-C5), foi verificado que apenas 20% das referidas avaliações dos quatro anos foram consolidadas como "Presente". Isso implica que características essenciais de um Relatório Financeiro Popular, como um sumário executivo, uma linguagem acessível, um glossário e elementos visuais acompanhados de explicações interpretativas, estão ausentes ou presentes de maneira insuficiente. Essas fragilidades comprometem a possibilidade de que o relatório alcance um elevado patamar de acessibilidade informacional, o que torna mais complicado para o público leigo entender o desempenho institucional que está sendo apresentado.

Entre as características de conteúdo (C6-C15), observa-se um desempenho relativamente mais forte, com 38% de presença plena. Isso acontece porque o relatório integra, de forma regular, indicadores acadêmicos, dados gerenciais e informações institucionais. Por outro lado, a presença frequente da classificação "Parcial" e a persistência de lacunas em áreas como mecanismos de feedback, auditorias, claras nas metas e comparações no tempo mostram que, apesar de o conteúdo ser sólido, a forma como é comunicado dificulta uma compreensão ágil e um controle social eficaz.

No geral, o desempenho em termos numéricos aponta que os RGAs de 2021 a 2024 seguem um padrão intermediário: são dados consistentes e bem organizados, mas não muito adequados para uma comunicação acessível ao público. Há uma limitação que mostra que a conformidade completa com as normas é de cerca de 32% no total consolidado, o que demonstra a necessidade de grandes melhorias, principalmente em ações de edição que objetivam tornar a linguagem mais simples, produzir versões mais acessíveis e criar estratégias para envolver a sociedade.

Nessa perspectiva, a análise revela que a UEA ainda não satisfaz os critérios de clareza, facilidade de acesso e transparência. Logo, observou-se que, nos quatro anos analisados, não foram alcançados pelo menos 80% de itens plenamente presentes, haja vista que isso indicaria uma alta aderência. Pelo contrário, a média geral de 32% de presença plena, somada a 42% de classificações parciais, sugere que a instituição comunica os resultados, mas não os torna acessíveis para quem não é especialista.

As dificuldades ficam mais claras nas características formais (C1-C5), que compõem apenas

Ano V, v.2 2025 | submissão: 24/10/2025 | aceito: 26/11/2025 | publicação: 28/11/2025

20% do conteúdo total. Isso mostra que o problema é mais na forma como as informações são apresentadas do que na falta de conteúdo em si, dificultando a compreensão dos cidadãos. A falta de glossário, sumário executivo e versão acessível, além da recorrente utilização de jargão técnico, afasta o relatório do objetivo de tornar o desempenho institucional compreensível para a sociedade.

Mesmo nas características de conteúdo (C6-C15), em que os resultados são um pouco mais positivos, ainda se encontram limitações importantes. Existem indicadores e dados robustos, mas carecemos de auditorias, mecanismos de participação pública e uma contextualização temporal adequada. Muitas classificações parciais indicam que a UEA entrega dados, mas falta uma ligação que ajuda as pessoas a compreender melhor as metas, resultados, progressos e desafios.

Dessa forma, a avaliação quantitativa leva à conclusão de que, apesar de os RGAs da UEA terem apresentado avanços graduais ao longo dos anos, ainda se situam em um nível intermediário de transparência ativa. A instituição é madura administrativamente e consistente em seus dados, porém ainda precisa melhorar na esfera comunicacional para que seus relatórios se aproximem do modelo ideal de RFP, de acordo com as orientações metodológicas e normativas atuais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como propósito analisar, à luz da literatura sobre transparência pública, linguagem simples e Relatório Financeiro Popular (RFP), os Relatórios de Gestão Anual (RGAs) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) referentes ao período de 2021 a 2024, propondo subsídios para a elaboração de um Relatório Financeiro Popular voltado ao cidadão. Ao articular o marco legal brasileiro de acesso à informação com diretrizes nacionais e internacionais de popular reporting, a pesquisa evidenciou em que medida a prestação de contas da UEA se aproxima ou ainda se afasta de uma transparência efetiva, compreensível e orientada ao controle social.

A análise de conteúdo, operacionalizada por meio de um checklist de 15 itens e de um codebook que combinou dimensões formais e de conteúdo, demonstrou que os RGAs apresentam sólida consistência técnico-administrativa, mas ainda operam majoritariamente em um registro comunicacional voltado a especialistas. Os dados quantitativos sintetizados nas Tabelas 1 e 2 revelam que apenas cerca de 32% dos critérios avaliados foram plenamente atendidos, enquanto 42% ficaram na condição “Parcial” e 27% foram classificados como “Ausente”. Nas características formais (C1–C5), apenas 20% das observações foram plenamente atendidas e 30% permaneceram ausentes, evidenciando fragilidades em elementos centrais para um RFP, como sumário executivo cidadão, linguagem simples, glossário e versões acessíveis. Já nas características de conteúdo (C6–C15), embora haja melhor desempenho (38% de presença plena), ainda se verificam lacunas em mecanismos de feedback, auditorias comunicadas ao público e contextualização histórica dos

Ano V, v.2 2025 | submissão: 24/10/2025 | aceito: 26/11/2025 | publicação: 28/11/2025
resultados.

Do ponto de vista qualitativo, a leitura dos RGAs confirma um padrão de transparência predominantemente burocrática: os relatórios são longos, densos, repletos de tabelas e gráficos tecnicamente corretos, mas pouco explicados para o leitor leigo. A universidade demonstra capacidade de gerar e consolidar dados sobre ensino, pesquisa, extensão, orçamento e gestão, porém não os traduz em narrativas compreensíveis, comparações históricas claras e respostas às perguntas básicas do cidadão – o que foi prometido, o que foi realizado, com quais recursos e com quais resultados. Essa configuração reforça o diagnóstico de que a UEA cumpre suas obrigações legais de prestação de contas, mas ainda não explora plenamente o potencial democrático da comunicação pública em linguagem simples, conforme defendem a literatura e as normas recentes de transparência ativa.

A principal contribuição deste estudo reside, portanto, em duas frentes. Em primeiro lugar, a pesquisa sistematiza e aplica um instrumento analítico replicável o “checklist” de 15 critérios, que pode ser utilizado por outras instituições públicas para avaliar o grau de aderência de seus relatórios às diretrizes de RFP e linguagem simples. Em segundo lugar, ao focalizar uma universidade pública da região amazônica, o trabalho amplia o debate sobre relatórios financeiros populares para além do contexto de governos locais e áreas tradicionais, demonstrando que o ensino superior também é um espaço estratégico para experimentar formas mais cidadãs de prestação de contas, capazes de aproximar comunidade acadêmica, sociedade e gestão universitária.

Os resultados apontam caminhos concretos para o aperfeiçoamento da transparência na UEA. Entre as recomendações, destacam-se: a elaboração de um Relatório Financeiro Popular anual, complementar ao RGA, em formato sintético e visualmente atrativo; a inclusão de sumário executivo em linguagem simples; a criação de glossário de termos contábeis, orçamentários e institucionais; a adoção de infográficos com legendas interpretativas; o uso de QR Codes e links para detalhamento de dados em portais oficiais; e a criação de canais específicos de feedback sobre o próprio relatório. Tais medidas aproximariam os documentos institucionais do modelo de RFP discutido na literatura, contribuindo para reduzir a assimetria informacional entre especialistas e cidadãos e fortalecendo a confiança nas instituições públicas.

Reconhece-se, contudo, que este trabalho apresenta limitações. Por tratar-se de uma análise exclusivamente documental, não foram incorporadas percepções de usuários, testes de legibilidade ou experimentos com diferentes formatos de RFP junto à comunidade acadêmica e à sociedade em geral. Pesquisas futuras podem avançar na realização de grupos focais, entrevistas e aplicações de relatórios pilotos em linguagem simples, bem como em estudos comparativos entre universidades de diferentes regiões, para avaliar o impacto efetivo do RFP na compreensão das informações e no engajamento cidadão. Ainda assim, as evidências aqui apresentadas indicam que a UEA possui base

Ano V, v.2 2025 | submissão: 24/10/2025 | aceito: 26/11/2025 | publicação: 28/11/2025

técnica suficiente para dar o passo seguinte: transformar dados em entendimento, entendimento em participação e participação em controle social, reforçando seu papel como instituição pública comprometida com a transparência substantiva e com a consolidação da democracia participativa.

6 REFERÊNCIAS

ALI, Alves; BONFIM, Silva; SOARES. *Legibilidade dos Relatórios de Gestão no Setor Público Brasileiro*. 2023. Disponível em: <https://revistacgg.org/index.php/contabil/article/view/3016/805>.

CAPELLI, Ana Paula; OLIVEIRA, Carlos; NUNES, João. *Linguagem Simples como Pilar da Transparência*. 2023. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/8997>.

CAPPELLI, Ana Paula; OLIVEIRA, Carlos; NUNES, João. *Linguagem Simples como Pilar da Transparência*. 2023. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/8997>.

FUZATI, Mariana. *Relatórios Financeiros Populares como Instrumento de Acesso à Informação Pública: Análise do Orçamento Cidadão*. 2025. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/875ca0ae-5a00-46c1-b8ba-08bb419c4fce/content>.

GIACOMIN, L.; SILVEIRA, S.; COSTA, M.; BALDAM, R.; JUNIOR, J. *Linguagem Simples em Organizações Públicas: Uma Revisão Sistemática de Literatura*. 2024. Disponível em: https://gestaopublica.ufes.br/sites/gestaopublica.ufes.br/files/field/anexo/artigo_ebap_identificado.pdf.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

YIN, Robert K. *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

JOAQUIM, Jorge; PIMENTEL, Rodrigo. *Popular Reporting in the Public Sector: A Systematic Literature Review and Reflections for Future Research*. 2025. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/387999872_Popular_reporting_in_the_public_sector_a_systematic_literature_review_and_reflections_for_future_research.

LIMA, M.; SILVA, R.; VARÃO, H. *Introdução de Relatórios Financeiros Populares nos Conselhos Municipais de Saúde do Brasil*. 2022. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8635722>.

MARTINS, A.; LIMA, M. *Directives for Public Entities' Popular Financial Reporting*. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/76071>.

O'DONNELL, Guillermo. *Accountability Horizontal e Novas Poliarquias*. 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451998000200003>.

RODRIGUES, L.; SILVA, F.; VARGAS, A. *Popular Reporting à Luz da Teoria da Comunicação: Um Ensaio Teórico*. 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3515/351564966009/351564966009.pdf>.



Ano V, v.2 2025 | submissão: 24/10/2025 | aceito: 26/11/2025 | publicação: 28/11/2025

FILHO, J.; RECH, M. *Proposta de Estrutura do Popular Financial Reporting para a Melhora da Informação Contábil*. 2024. Disponível em:
<http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/2885/491494251>.

SILVA, T.; VITORIANO, M. *Linguagem Simples em Arquivos Públicos: Mapeando a Atuação do NARA*. 2020. Disponível em: http://www.arquivistica.fci.unb.br/wp-content/uploads/tainacan-items/_x_60642/348029/93772.pdf.

VALLE, R.; FERREIRA, S. *Análise de Conteúdo na Perspectiva de Bardin: Contribuições e Limitações para a Pesquisa Qualitativa em Educação*. 2023. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/edur/a/hhywJFvh7ysP5rGPn3QRFWf/?format=pdf&lang=pt>.

YUSUF, J.; JORDAN, M.; NEIL, R.; HACKBART, M. *For the People: Popular Financial Reporting Practices of Local Governments*. 2013. Disponível em:
https://digitalcommons.odu.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=&httpsredir=1&article=1002&context=publicservice_pubs.

7 Apêndice

Apêndice 01

Checklist Analítico

Ano V, v.2 2025 | submissão: 24/10/2025 | aceito: 26/11/2025 | publicação: 28/11/2025

Nº	Item de verificação	Fundamento legal e teórico	Presente	Parcial	Ausente	Observações / Evidências (pág.)
1	O relatório apresenta sumário executivo que sintetiza objetivos, resultados e indicadores principais.	TCU (2024, p. 18); Martins & Lima (2021, p. 92).	☐	☐	☐	
2	A estrutura do relatório é organizada e hierarquizada, facilitando a navegação e compreensão.	TCU (2024, p. 21); Filho & Rech (2024, p. 18).	☐	☐	☐	
3	Há uso de linguagem simples, evitando termos técnicos não explicados.	Lei nº 14.129/2021, art. 6º; Silva & Vitoriano (2021, p. 305); Giacomini et al. (2023, p. 5).	☐	☐	☐	
4	Quando termos técnicos (jargões) são usados, estão acompanhados de explicações, notas ou glossário.	Filho & Rech (2024, p. 79); Cappelli, Oliveira & Nunes (2023, p. 42).	☐	☐	☐	
5	O relatório apresenta elementos visuais (gráficos, tabelas, infográficos) com legendas claras e legíveis.	TCU (2024, p. 23); Fuzati (2025, p. 9).	☐	☐	☐	
6	São divulgados indicadores-chave de desempenho institucional (ensino, pesquisa, extensão, gestão).	IN TCU nº 84/2020, art. 7º; Lima, Silva & Varão (2022, p. 7).	☐	☐	☐	
7	Há indicadores financeiros e orçamentários apresentados de modo compreensível.	LRF, art. 48; TCU (2024, p. 19).	☐	☐	☐	
8	As informações permitem rastreabilidade e verificação (links, QR codes ou remissões a fontes oficiais).	TCU (2024, p. 25); Filho & Rech (2024, p. 20).	☐	☐	☐	
9	O relatório evidencia transparência sobre auditorias, controle interno e externo.	TCE-AM (2024, p. 10); LRF, art. 48-A.	☐	☐	☐	
10	Existe mecanismo de participação e feedback do cidadão (ouvidoria, formulários, e-mails).	LAI, art. 5º; Joaquim, Jorge & Pimentel (2025, p. 15).	☐	☐	☐	
11	O relatório possui versão acessível ou resumo simplificado (PDF acessível, versão	TCE-AM, Res. 01/2019, art. 8º; Fuzati (2025, p. 10).	☐	☐	☐	

Ano V, v.2 2025 | submissão: 24/10/2025 | aceito: 26/11/2025 | publicação: 28/11/2025

	reduzida ou alternativa).					
12	Há clareza na comunicação de resultados e metas, com foco na accountability pública.	Martins & Lima (2021, p. 93); Filho & Rech (2024, p. 21).	☐	☐	☐	
13	As informações seguem padrão visual coerente e identidades gráficas institucionais.	TCU (2024, p. 26); Lima et al. (2025, p. 7).	☐	☐	☐	
14	O relatório cita instrumentos de planejamento e metas do PDI/UEA, demonstrando alinhamento institucional.	TCU (2024, p. 18); Fuzati (2025, p. 12).	☐	☐	☐	
15	Existe coerência temporal (comparações entre exercícios e séries históricas).	Martins & Lima (2021, p. 94); Lima et al. (2025, p. 8).	☐	☐	☐	

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Apêndice 02

Quadro 1 – Checklist Analítico do RGA 2021

Código	Descrição do Critério	Classificação	Evidência trecho do relatório	Justificativa
C1	Sumário executivo	Ausente	O sumário apresenta apenas a lista de capítulos; não existe seção intitulada “Sumário executivo” ou equivalente.	O relatório não apresenta síntese de resultados, indicadores e metas; apenas a estrutura das seções.
C2	Estrutura organizada	Presente	Sumário com divisões claras: “1 Visão geral”, “2 Planejamento”, “3 Graduação”, “9 Demonstrações contábeis”.	A estrutura é hierarquizada, seguindo lógica institucional recomendada pelos manuais do TCU.
C3	Linguagem simples	Parcial	Uso de termos técnicos como “dotação inicial” e “LOA” sem adaptação: “gastos que excederam a dotação inicial estabelecida na LOA”.	Há trechos mais narrativos, mas a linguagem é predominantemente técnica.
C4	Explicação de jargões	Parcial	Fórmula detalhada do IQCD explicada: D, M, E, G.	Alguns jargões são explicados, mas não há glossário para termos contábeis e orçamentários.
C5	Elementos visuais claros	Parcial	“Gráfico 2.1 – IQCD 2002–2021”.	Existem gráficos, mas o uso é limitado e as legendas não são explicadas em

Ano V, v.2 2025 | submissão: 24/10/2025 | aceito: 26/11/2025 | publicação: 28/11/2025

				linguagem acessível.
C6	Indicadores-chave	Presente	“Principais indicadores de desempenho: IQCD e Enade”.	O relatório apresenta indicadores estruturais da instituição docência, desempenho discente, metas.
C7	Indicadores financeiros compreensíveis	Presente	Discussão sobre orçamento e receitas: “dependência por única fonte de arrecadação...”.	Há tabelas e gráficos financeiros com contextualização.
C8	Rastreabilidade das informações	Parcial	Referência ao site institucional e portais externos.	Há menção a fontes externas, mas não há links diretos ou QR Codes.
C9	Transparência sobre auditorias	Parcial	Menção superficial a auditorias e controles.	Falta seção própria explicando quem auditou e quais foram os achados.
C10	Mecanismos de feedback cidadão	Parcial	Utilização de questionários internos para alunos e departamentos.	Há mecanismos internos, mas não há canal para participação do cidadão.
C11	Versão acessível ou resumo	Ausente	O PDF é único e extenso, sem versão simplificada.	Não há resumo visual ou versão acessível.
C12	Clareza na comunicação de metas	Presente	“Alguns indicadores de desempenho foram utilizados para mensuração”.	Explicação clara das metas e dos resultados atingidos (IQCD, Enade, PPCs).
C13	Identidade visual institucional	Presente	Página inicial com logotipo e identidade gráfica da UEA.	Layout institucional padronizado e consistente.
C14	Referência ao PDI	Presente	“O Mapa Estratégico da UEA está alinhado ao PDI/PPI 2017-2021”.	O relatório demonstra alinhamento ao planejamento institucional.
C15	Coerência temporal comparações	Presente	Gráfico IQCD 2002–2021 + comparação com o ano anterior.	Uso adequado de séries históricas e variações anuais.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Quadro 2 – Checklist Analítico do RGA 2022

Código	Descrição do Critério	Classificação	Evidência (trecho + página)	Justificativa
C1	Sumário executivo	Ausente	O relatório não apresenta seção intitulada “Sumário Executivo”.	Não há síntese de resultados, metas e indicadores.
C2	Estrutura organizada	Presente	“CAPÍTULO 2 - PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E METAS ALCANÇADAS... 2.1; 2.2; 2.3...” (p. 13–17).	Estrutura clara, hierarquizada e consistente.

Ano V, v.2 2025 | submissão: 24/10/2025 | aceito: 26/11/2025 | publicação: 28/11/2025

C3	Linguagem simples	Parcial	“Planejamento orçamentário e produção de indicadores que subsidiem o planejamento estratégico institucional” (p. 12).	Linguagem majoritariamente técnica, com poucos trechos acessíveis.
C4	Explicação de jargões	Ausente	-	Termos técnicos aparecem sem glossário ou explicações cidadãs.
C5	Elementos visuais (gráficos/quadros)	Parcial	Quadro 7.1 – Resumo dos Convênios PD&I 2022 (p. 93).	Há quadros e gráficos, porém com legendas pouco descritivas.
C6	Indicadores-chave	Presente	“Os resultados institucionais verificados no exercício de 2022 demonstram o compromisso...” (p. 15).	Indicadores de ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão aparecem de forma clara.
C7	Indicadores financeiros compreensíveis	Parcial	Seção “8.6 Orçamento e Finanças” (p. 120).	Dados disponíveis, mas linguagem é técnica e pouco acessível.
C8	Rastreabilidade das informações	Ausente	-	Não há links, QR Codes ou remissão ao Portal da Transparência.
C9	Transparência sobre auditorias	Parcial	Menção a “Acompanhamento e Avaliação Institucional” (p. 99).	Há referências indiretas, mas sem detalhamento de auditorias.
C10	Mecanismos de participação/feedback	Ausente	-	O relatório não apresenta canais de escuta pública ou avaliação do RGA.
C11	Versão acessível ou resumo	Ausente	-	Não há versão simplificada ou acessível do relatório.
C12	Clareza na comunicação de metas/resultados	Parcial	“Os resultados institucionais verificados... demonstram o compromisso...” (p. 15).	Resultados são descritos, mas não há quadro consolidado de metas atingidas.
C13	Identidade visual institucional	Presente	Capa e páginas iniciais com identidade visual da UEA (p. 1–3).	Layout institucional padronizado e consistente.
C14	Referência ao PDI	Presente	Ações alinhadas ao planejamento institucional nos caps. 2 e 8 (p. 13–17).	O relatório menciona explícita relação com instrumentos de planejamento.
C15	Coerência temporal / comparações históricas	Parcial	AGIN encerrou 2022 com 28 projetos e valores acumulados (p. 93).	Há séries de dados, mas poucas comparações com anos anteriores.

Ano V, v.2 2025 | submissão: 24/10/2025 | aceito: 26/11/2025 | publicação: 28/11/2025

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Quadro 3 – Checklist Analítico do RGA 2023

Código	Descrição do Critério	Classificação	Evidência	Justificativa
C1	Sumário executivo	Ausente	-	Não há seção de síntese inicial apresentando indicadores, metas e resultados.
C2	Estrutura organizada	Presente	O Sumário apresenta divisões claras: “CAPÍTULO 1 – VISÃO GERAL”; “CAPÍTULO 2 – PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL...” (p. 5-6).	Estrutura hierarquizada, com capítulos e subcapítulos bem definidos.
C3	Linguagem simples	Parcial	“Instrumentos de gestão, planejamento e acompanhamento da execução orçamentária...” (p. 12).	Linguagem é predominantemente técnica, embora haja trechos mais explicativos.
C4	Explicação de jargões	Ausente	-	Não há glossário ou explicação sistemática de termos como LOA, execução orçamentária, metas físicas etc.
C5	Elementos visuais	Parcial	Ex.: Quadros de metas e indicadores institucionais (p. 20–22).	Existem quadros e gráficos, mas falta legenda descritiva cidadã.
C6	Indicadores-chave	Presente	“A UEA alcançou avanços importantes nos indicadores institucionais...” (p. 14).	Há indicadores de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional.
C7	Indicadores financeiros compreensíveis	Parcial	Capítulo 8 - Finanças e Orçamento (p. 134).	Dados financeiros são apresentados, porém com forte densidade técnica.
C8	Rastreabilidade das informações	Ausente	-	Não há links, QR Codes ou caminhos para verificação dos dados no Portal da Transparência.
C9	Transparência sobre auditorias	Parcial	O capítulo “Acompanhamento e Avaliação Institucional” cita monitoramento, mas não apresenta relatórios de auditoria (p. 98).	Menção indireta, sem detalhamento de auditorias internas ou externas.
C10	Mecanismos de participação/feedback	Ausente	-	O relatório não apresenta canais de participação pública ou mecanismos de feedback.
C11	Versão acessível ou resumo	Ausente	-	O documento possui mais de 200 páginas e não

Ano V, v.2 2025 | submissão: 24/10/2025 | aceito: 26/11/2025 | publicação: 28/11/2025

				oferece versão simplificada.
C12	Clareza na comunicação de metas/resultados	Parcial	“Os resultados institucionais demonstram avanço nas ações estratégicas...” (p. 14).	Há descrição de resultados, mas sem quadro consolidado de metas atingidas.
C13	Identidade visual institucional	Presente	Capa com logotipo e identidade visual da UEA (p. 1).	O documento segue padrão visual institucional consistente.
C14	Referência ao PDI	Presente	Referências ao alinhamento com o planejamento estratégico e instrumentos institucionais (p. 12–14).	O relatório reforça alinhamento ao PDI e metas estratégicas.
C15	Coerência temporal / comparações históricas	Parcial	Há séries de dados em quadros de desempenho, mas poucas comparações explícitas com 2022 (p. 20–22).	Existem dados históricos, mas sem análise comparativa clara.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Quadro 4 – Checklist Analítico do RGA 2024

Código	critério	Classificação	Evidência	Justificativa
C1	Sumário executivo	Parcial	“O balanço geral de 2024 da Universidade do Estado do Amazonas registrou resultados positivos e relevantes. Os avanços verificados demonstram o compromisso contínuo da Gestão Superior [...]” (RGA 2024, p. 5).	A seção Apresentação resume, em termos gerais, resultados e avanços institucionais, mas não estrutura um “sumário executivo” com objetivos, indicadores-chave e sínteses numéricas em formato típico de RFP.
C2	Estrutura organizada	Presente	“CAPÍTULO 4 – ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA. 40 / CAPÍTULO 5 – EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS. 54 / CAPÍTULO 6 – PLANEJAMENTO E GESTÃO. 65” (RGA 2024, p. 5).	O relatório apresenta sumário com capítulos numerados, subdivisões internas e paginação clara, o que facilita a navegação por temas (ensino, pesquisa, extensão, planejamento e gestão). Estrutura hierarquizada e consistente
C3	Linguagem simples	Parcial	“Este Relatório de Gestão apresenta informações consolidadas relativas aos atos de gestão praticados no exercício de 2024, sob o âmbito de Ensino, Pesquisa, Inovação, Extensão [...]” (RGA 2024, p. 6).	Em algumas passagens (como Apresentação e Perfil Institucional) a redação é relativamente acessível, porém o relatório utiliza termos como “execução orçamentária”, “ações orçamentárias do PPA 2024-2027” sem explicação simplificada.

Ano V, v.2 2025 | submissão: 24/10/2025 | aceito: 26/11/2025 | publicação: 28/11/2025

C4	Explicação de jargões	Ausente	Ex.: “Nos Quadros 6.1 a 6.8 [...] estão detalhados os dados de execução orçamentária 2024 nas principais ações orçamentárias do PPA 2024–2027 [...]” (RGA 2024, p. 85).	O relatório utiliza diversos termos técnicos (PPA, ações orçamentárias, execução orçamentária, códigos de despesa, Sistema AFI/AM) sem glossário ou notas em linguagem simples.
C5	Elementos visuais	Parcial	“TOTAL 764.201.714,56 100,00 752.313.421,95 100,00 750.762.960,31 100,00. Fonte: Sistema AFI/AM.” (Tabela de execução orçamentária – RGA 2024, p. 85).	Há diversas tabelas e quadros com fonte indicada, o que favorece a leitura técnica. Contudo, essas tabelas não são acompanhadas de legendas interpretativas em linguagem cidadã, nem de infográficos explicativos.
C6	Indicadores-chave	Presente	“FORMAS DE INGRESSO: 1.639 vagas ofertadas no Vestibular 2024, acesso 2025; 2.313 vagas ofertadas no SIS 2024, acesso 2025 (3ª Etapa). ENSINO DE GRADUAÇÃO: 69 cursos; 22.129 estudantes matriculados; 2.455 profissionais diplomados. ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO: [...] 3.149 certificados/titulados; 191 grupos de pesquisa certificados [...]” (RGA 2024, p. 11).	O relatório apresenta quadro sintético com indicadores de vagas, cursos, matriculados, diplomados, pós-graduação e pesquisa, configurando indicadores-chave de desempenho institucional em ensino e pesquisa.
C7	Indicadores financeiros compreensíveis	Parcial	Tabela de despesas por categoria: “TOTAL 764.201.714,56 100,00 752.313.421,95 100,00 750.762.960,31 100,00. Fonte: Sistema AFI/AM.” (RGA 2024, p. 85).	Os valores orçamentários são divulgados com detalhamento por grupo de despesa e percentuais, porém sem explicação em linguagem simples sobre o que significam os códigos, nem interpretação textual voltada ao cidadão.
C8	Rastreabilidade das informações	Presente	“Fonte: Sistema AFI/AM.” (RGA 2024, p. 85). Há também remissões a programas do PPA 2020–2023 nas seções iniciais (RGA 2024, p. 6).	A menção explícita ao Sistema AFI/AM como fonte dos dados orçamentários, bem como às ações vinculadas ao PPA, permite rastrear as informações em sistemas oficiais.
C9	Transparência sobre auditorias	Ausente	-	Não foi identificada seção específica dedicada a auditorias, relatórios de controle interno/externo ou pareceres dos órgãos de controle, nem explicação em linguagem cidadã sobre esses processos.

Ano V, v.2 2025 | submissão: 24/10/2025 | aceito: 26/11/2025 | publicação: 28/11/2025

C10	Mecanismos de participação/feedback	Ausente	-	O RGA 2024 não apresenta, no corpo do texto, orientações claras sobre como o cidadão pode enviar dúvidas, críticas ou sugestões específicas sobre o relatório (formulário, e-mail, canal de ouvidoria direcionado ao RGA).
C11	Versão acessível ou resumo	Ausente	-	Embora haja versão eletrônica do relatório, não há indicação explícita de versão simplificada, resumo cidadão ou PDF com recursos de acessibilidade descritos no próprio documento.
C12	Clareza na comunicação de metas/resultados	Parcial	“Os resultados institucionais que foram verificados no exercício de 2024 demonstram o compromisso contínuo da UEA em garantir à sociedade a manutenção e o aprimoramento das ações em prol da oferta do Ensino Superior público, gratuito e de qualidade.” (RGA 2024, p. 10).	O texto apresenta descrição dos resultados e enfatiza avanços institucionais, mas não confronta metas planejadas x metas alcançadas em linguagem simples, nem destaca de forma sistemática desafios e pontos críticos.
C13	Identidade visual institucional	Presente	Capa e cabeçalhos padronizados com identificação “Relatório de Gestão UEA 2024” e elementos gráficos institucionais (brasão/identidade visual).	Há manutenção de identidade visual coerente ao longo do documento, reforçando o reconhecimento da UEA e do Governo do Estado.
C14	Referência ao PDI	Parcial	“Todas as ações institucionais da UEA realizadas estiveram diretamente vinculadas aos Programas do Plano Plurianual 2020–2023 [...]” (RGA 2024, p. 6).	O relatório vincula as ações aos programas do PPA 2020–2023 e menciona planejamento estratégico, mas não explora de forma desenvolvida o PDI/UEA como referência estruturante, nem faz cruzamento detalhado de metas PDI x resultados.
C15	Coerência temporal / comparações históricas	Parcial	Ex.: quadros de vagas, matriculados e diplomados, e dados financeiros consolidados para o exercício de 2024 (RGA 2024, p. 11 e p. 85).	Observam-se comparações internas (ex.: relação entre vagas ofertadas e ingressantes em 2024, proporções de despesas por categoria), mas as séries históricas entre anos aparecem de forma pontual.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)